

## **Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercício 2018**

### **1. Evidenciação das políticas contábeis:**

- 1.1 Base Legal: as demonstrações contábeis do exercício de 2018 foram elaboradas conforme a Lei nº 4.320/64. A escrituração observou o elenco de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional, os Princípios de Contabilidade Aplicados ao Setor Público, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T SP). Iniciou-se a aplicação das Normas de Depreciação, Amortização e Exaustão, Custos e, Avaliação e Mensuração de Ativos, no de 2018, mais especificamente no mês de dezembro.
- 1.2 Das políticas contábeis: em relação ao exercício de 2017 não houve alteração nas políticas contábeis apenas ajustes em função da alteração de sistema orçamentário, contábil, patrimonial e financeiro, agregando mais qualidade nas informações.
- 1.3 Mensuração dos componentes patrimoniais: as demonstrações contábeis foram elaboradas tendo por base o custo histórico das transações. Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações prefixadas foram ajustados a valor presente.
- 1.4 Regime contábil: o regime contábil das variações patrimoniais utilizado no exercício foi da competência.

### **2. Critérios Contábeis e Estimativas Utilizadas nas Demonstrações Contábeis:**

#### **BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

- 2.1 O valor do orçamento não sofreu atualização monetária da data da elaboração até sua abertura.
- 2.2 O valor da previsão orçamentária da receita foi de R\$ 80.640.000,00 e a arrecadação efetiva de R\$ 71.788.958,79. A principal diferença refere-se a previsão de recebimento de R\$ 7.000.000,00, relativos a operação de crédito que não ocorreu em função do não andamento das obras relativas ao financiamento do Banrisul.
- 2.3 O valor da previsão orçamentária da despesa foi de R\$ 89.050.000,00. Foram adicionados a esse valor decreto suplementar adicional com indicação do superávit financeiro no valor de R\$ 13.231.000,00, influenciando no resultado orçamentário, porém não afetando o equilíbrio financeiro, pois havia disponibilidade de superávit financeiro de anos anteriores que suportaram as operações. Dessa forma, o valor

disponível passou para R\$ 102.281.000,00, sendo dos quais R\$ 59.670.990,96, utilizados para empenho.

2.4 O valor dos restos a pagar baixados no exercício é de totalizando R\$ 23.744.896,56, sendo R\$ 13.366.887,02, relativos aos efetivos pagamentos e R\$ 10.378.009,54, referentes aos cancelamentos.

2.5 No exercício, houve despesas intraorçamentárias que somam R\$ 4.462.180,14, sendo repassados ao IPASEM R\$ 3.234.751,14, referente à alíquota patronal e R\$ 1.008.813,53, referente à amortização de parcelamento. Também foram repassados à Prefeitura Municipal R\$ 100.000,00, destinados a ações conjuntas de publicidade, R\$ 17.659,47, referente taxas municipais e R\$ 100.956,00, ressarcimento de uso de software.

2.6 No exercício foi realizado um leilão para venda de bens inservíveis e sucatas que gerou receitas no montante de R\$ 194.999,38.

2.7 Não ocorreu a utilização da reserva de contingência.

### **BALANÇO FINANCEIRO**

2.8 Os ingressos financeiros correspondem as receitas orçamentárias que foram de R\$ 71.788.958,79, acrescidos das receitas de transferências financeiras (2.9), dos recebimentos extraorçamentários e o valor do saldo das disponibilidades do exercício anterior, totalizando R\$ 151.854.595,16 .

2.9 Receitas de transferências financeiras intraorçamentárias: No ano foram recebidos da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo o valor de R\$ 5.314.889,61, referente ao repasse de financiamento por obras executadas pela autarquia (Itens 2.18.2 e 2.18.3) que estavam contabilizados na Prefeitura e no final do ano sua contabilização passou a ser realizada na COMUSA.

2.10 Os dispêndios financeiros correspondem as despesas orçamentárias que foram de R\$ 59.670.990,96, acrescidos das despesas de transferências financeiras (2.11), dos pagamentos extraorçamentários e o valor do saldo das disponibilidades do final do exercício, totalizando R\$ 151.854.595,16.

2.11 Despesas de transferências financeiras intraorçamentárias: No ano foram recebidos da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo o valor de R\$ 1.748.187,39, referente ao repasse para amortização de financiamento por obras executadas pela autarquia (Itens 2.18.2 e 2.18.3) que estavam contabilizados na Prefeitura e no final do ano sua contabilização passou a ser realizada na COMUSA.

2.12 A receita orçamentária está discriminada por fonte de recursos sendo o recurso 0400 (fonte livre de arrecadação ordinária) e o recurso 5015 (fonte de recursos vinculada ao leilão de venda de bens) que tem sua aplicação vinculada a investimentos na autarquia.

### **BALANÇO PATRIMONIAL**

2.13 O ativo circulante caixa e equivalentes de caixa correspondem às disponibilidades da entidade e estão alocadas em aplicações de curto prazo (CDBs, Fundos de Investimento e poupança), disponíveis para saque, exceto o fluxo de caixa de pagamentos e os valores em trânsito que correspondem a pouco mais de 0,5% do saldo atual.

2.14 Créditos a receber de curto prazo: Somam R\$ 9.913.650,09, deste valor R\$ 7.672.570,70 é relativo às faturas de água emitidas aos usuários e não pagas, já deduzidos os ajustes para perdas, calculado pela média do índice de inadimplência dos últimos 12 meses (0,98%) para os valores classificados como clientes a receber e pela média de cobrança para os valores inscritos em dívida ativa de curto e longo prazo.

Também compõe os créditos desse grupo as transferências a receber de convênios da União que representam R\$ 1.323.930,92, referente convênio com o Governo Federal para implantação de uma Estação de Tratamento de Esgotos no Bairro Roselândia e R\$ 22.682,22 referente à parcela de financiamento contraído junto a Caixa Econômica Federal CONTRATO 0296.204-03/2009, para obras no Sistema de Abastecimento de Água que estão aguardando liberação.

Além disso, temos o valor de R\$ 894.253,71, referente a convênios que foram concedidos e estão aguardando prestação de contas em que faz para a Feevale através da ASSOCIACAO PRO-ENSINO SUPERIOR EM NH – ASPEUR e o objeto é CONVÊNIO FINEP - ASPEUR - COMUSA - UFRGS – UESC.

2.15 Os estoques são mensurados pelo preço médio ponderado de compras.

2.16 A Dívida Ativa está discriminada pelo valor atualizado, incluídas multas e juros.

2.17 Os créditos em longo prazo somam R\$ 8.840.695,24, sendo R\$ 3.801.664,75, referente a créditos a receber de usuários, em que o principal cliente é a CORSAN no valor de R\$ 2.400.516,88. Os valores que já se encontram deduzidos do ajuste para perdas (96% - calculados pela média de recebimentos de 2016-2018), e, que se encontram na fase de cobrança judicial. Também faz parte desse grupo créditos

relativos a Títulos Executivos do TCE, no valor de R\$ 725.312,71 que se encontram em cobrança.

2.18 Imobilizado:

2.18.1 Os bens adquiridos e os incorporados na transformação da Companhia em Autarquia, bem como os intangíveis estão devidamente inventariados pelo seu valor atualizado, conforme laudo de reavaliação com data base 31/12/2016 e contabilizados no exercício de 2018.

2.18.2 DEPRECIACÃO – O processo de depreciação foi iniciado no mês de dezembro/2018, com base no valor atualizado e na estimativa de vida útil informados nos laudos da reavaliação.

2.19 Os reconhecimentos por competência dos passivos relativos à gratificação natalina, férias, licenças e encargos patronais, foram estimados tendo por referência a base de dados do setor de recursos humanos e aplicados na proporção que cada servidor tem direito.

2.20 A conta Obrigações trabalhistas, contempla os valores devidos a pessoal, encargos patronais e suas provisões soma o valor de R\$ 3.640.489,63, referente aos direitos adquiridos de servidores relativos a férias e os encargos patronais.

2.21 Compõe o saldo da conta Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, os valores devidos para com fornecedores R\$ 4.239.627,86. Nesse valor encontra-se um passivo com a CORSAN que está em discussão judicial no valor de R\$ 3.553.930,51. Também, compõem esse grupo o valor de R\$ 3.832.244,94, referente a amortização de financiamentos.

2.22 A conta de empréstimos e financiamentos de curto prazo contém os valores previstos para desembolso nos próximos 365 dias após a data do balanço.

2.23 As obrigações do Passivo Não-Circulante:

As obrigações registradas são operações de crédito contratadas pela COMUSA ou pelo Município (Os financiamentos contratados com a Caixa Econômica Federal estavam contabilizados até o final do ano de 2017 no balanço da Prefeitura Municipal. Com o objetivo de dar maior transparência nas demonstrações contábeis e em virtude da responsabilidade pela amortização ser da COMUSA, os registros foram transferidos para a Autarquia, no exercício de 2018,) conforme discriminação abaixo:

2.23.1 FINANCIAMENTO BANRISUL: Com o objetivo de ampliar o tratamento de esgoto foi contratado um financiamento formalizado através do Contrato

12/2007 (Etapa 1), no valor atualizado de R\$ 33.399.392,99, que está no Plano de Investimentos para ampliar o Sistema de Tratamento de Esgoto – Etapa 1, elevando o esgoto tratado de 2% para 80% ao final do projeto. O valor tomado do empréstimo monta em 31/12/2018, o valor de R\$ 6.544.158,33, sendo que a amortização será realizada em 208 prestações mensais. A primeira amortização foi realizada em 15/01/2011 e a última será em 15/04/2028, incidindo juros de 6% a.a., encargos de 3% a.a., taxa de risco de 1% a.a. e taxa de administração de 2% a.a. O valor das parcelas (juros e amortização) em dezembro/2018 foi de R\$ 51.327,60.

2.23.2 FINANCIAMENTO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ESGOTO: Com o objetivo de realizar a Etapa 2 do projeto de esgotamento sanitário, foi contratado um financiamento junto à Caixa Econômica Federal, através do contrato 0296.203-90/2009, que foi firmado pelo Município de Novo Hamburgo, no valor de R\$ 81.478.011,28, que será amortizado em 240 prestações mensais entre 03/09/2014 e 03/08/2034, incidindo juros de 6% a.a., encargos de 2,3% a.a., taxa de risco de 0,3% a.a. e taxa de administração de 2% a.a.. A contabilização a partir de 2018 está sendo realizada na Autarquia. O valor já recebido do financiamento é de R\$ 11.842.560,54, e o valor das parcelas (juros e amortização) com base em dezembro/2018, foi de R\$ 95.039,94.

2.23.3 FINANCIAMENTO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ÁGUA: O contrato 0296.204-03/2009, foi firmado pelo Município de Novo Hamburgo para realizar a construção de uma nova estação de captação, nova adutora e ampliar a estação de tratamento de água, no valor de R\$ 26.461.077,85, que será amortizado em 240 prestações mensais entre 03/10/2013 e 03/09/2033, incidindo juros de 6% a.a., encargos de 2,3% a.a., taxa de risco de 0,3% a.a. e taxa de administração de 2% a.a.. Este financiamento está registrado no passivo do Município e cabe à COMUSA a execução do projeto, sua implantação, operacionalização e repasse ao Município dos valores para a amortização do financiamento. A contabilização a partir de 2018 está sendo realizada na Autarquia. O valor já recebido do financiamento é de R\$ 16.537.214,65, e o valor das parcelas (juros e amortização) com base em dezembro/2018, foi de R\$ 133.884,25.

2.24 As provisões para passivos a longo prazo contêm os valores das ações cíveis trabalhistas com base na estimativa realizada em critérios de expectativa de sua realização, sendo classificados como Não circulante em conformidade com a expectativa de pagamento. As provisões foram elaboradas através dos critérios de probabilidade, ou seja, a expectativa de resultado da ação no encerramento do exercício em quatro níveis de perspectivas do resultado da ação: remota, possível e provável. As ações que foram classificadas pelo jurídico como remota a perspectiva de sucesso do polo passivo não foram contabilizados, os que a perspectiva é

possível somam o valor de R\$ 6,2 mil e as ações com perspectiva de perda somam R\$ 3,8 milhões e estão contabilizadas no passivo.

2.25 Não consta do Balanço da Autarquia os valores relativos às provisões para indenização da CORSAN, referente ao processo de municipalização dos serviços de abastecimento de água, porém através da Lei 3158/2018, a COMUSA, passou a ser a responsável pelo pagamento dos precatórios vincendos referentes a essas ações. O valor atualizado é de R\$ 197.903.030,42, referentes aos processos judiciais nº 001/1.15.0168335-8 (precatório nº 160.981-7), nº 001/1.05.0286812-4 (precatório nº 170.085-6) e nº 001/1.05.0286844-2 (em fase de execução de sentença), que serão repassados para a Prefeitura de Novo Hamburgo em parcelas mensais até o final do ano de 2024.

### **DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

2.26 As Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA e as Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD, estão registradas pelo princípio da competência e representam as variações patrimoniais da entidade, demonstrando que a margem operacional representa 34,18% de suas VPAs, exceto pela contabilização parcial das depreciações que forão apropriadas somente a partir do mês de dezembro/18. Para tanto, foram excluídos do cálculo os valores relativos à Reavaliação de bens e incorporação da dívida dos financiamentos e incorporação da dívida dos financiamentos (VPAs – R\$ 410.506.398,46 e VPDs – R\$ 35.281.945,96).

2.27 O valor relativo à Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos são relativos a reavaliação de bens realizada, conforme mencionado no item 2.18.1..

2.28 Já os valores relativos à Desvalorização e Perdas de Ativos e Desincorporação de Ativos, referem-se a reavaliação de bens (item 2.18.1), desincorporação de bens relativos ao leilão (item 2.6) e incorporação dos financiamentos que estavam registrados na contabilidade da Prefeitura Municipal (itens 2.23.2 e 2.23.3)

### **3 Informações Adicionais:**

3.1 A COMUSA – SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO DE NOVO HAMBURGO, CNPJ 09.509.569/0001-51, tem sede na Av. Coronel Travassos, 287 – Bairro Rondônia, Novo Hamburgo, foi criada pela Lei Municipal 184/89, de 20 de dezembro 1989, como sociedade de economia mista, assumiu efetivamente os serviços de

abastecimento de água em 03 de dezembro de 1998. Em 26 de dezembro de 2007, a sociedade de economia mista foi transformada em Autarquia Municipal pela Lei Municipal 1.750/2007, iniciando as atividades com a essa configuração em 1º de junho de 2008.

3.2 A natureza de suas operações consta do art. 2º da Lei Municipal 1750/2007 e tem por objetivo primordial a prestação dos serviços públicos de saneamento, compreendendo a captação, o tratamento e a distribuição de água potável, bem assim como a coleta, o tratamento e a disposição final de esgotos cloacais, considerados, para, a consecução dessas atividades, a implantação das respectivas redes, instalações, equipamentos e demais pertencas e obras de engenharia civil, inclusive a manufatura e a importação de matérias primas e auxiliares, materiais, maquinaria, componentes, equipamentos, instalações e acessórios necessários aos seus fins.

3.3 A legislação que rege suas operações é: Lei Federal 4320/1964 e as Leis Municipais nº 333/2000, nº 1750/2007, nº 1799/2008, nº 2247/2010, e suas alterações.

3.4 Eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros não foram identificados, exceto os referentes à Lei Municipal 3158/2018, citados no item 2.26.

3.5 Responsabilidades durante a gestão de 2018 foi do Diretor-Geral Silvio Paulo Klein até o dia 16/04/2018 e a partir dessa data o Sr. Márcio Lüders dos Santos.

Novo Hamburgo, 31 de dezembro de 2018.

**Márcio Lüders dos Santos**  
Diretor-Geral

**Luiz Ernani Sachser**  
Contador – CRC 67.701/O-9